



ÁREAS DE TERRAS TOMADAS DOS CAMPONESES DURANTE A GUERRILHA DO ARAGUAIA É SUPERIOR A MUNICÍPIOS BRASILEIROS E CIDADES EUROPEIAS

AREA OF LAND TAKEN FROM PEASANTS DURING THE ARAGUAIA GUERRILLA IS LARGER THAN SEVERAL NATIONAL MUNICIPALITIES AND EUROPEAN CITIES

Eduardo Reina¹

Irene Gomes²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7325-2768>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3482-2622>

Submissão: 09/10/2022

Aprovação: 14/11/2022

RESUMO:

Na primeira metade da década de 1970, as operações militares para exterminar os focos de guerrilha na região do Araguaia tiveram como consequência mais que o desaparecimento de cerca de 70 integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Entre as ações relatadas pelos camponeses do Araguaia, encontra-se a expulsão de centenas de famílias de suas posses. As terras foram tomadas pelas Forças Armadas e distribuídas para terceiros em prejuízo aos camponeses. Assim, esse trabalho possui como objetivo principal (i) examinar a extensão da área em que os militares e a repressão atuaram no episódio histórico conhecido como Guerrilha do Araguaia, (ii) bem como a área de terras retirada dos camponeses durante a ditadura civil militar brasileira. Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas, revisão bibliográfica e reconstituição histórica. No que

¹ Jornalista, mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Atuou em jornais em São Paulo e interior como diretor de redação, editor executivo, colunista, editor e repórter; assessor de imprensa em sindicatos, empresas e autarquias. Autor dos livros *Cativeiro sem fim* (2019), *Depois da Rua Tutoia* (2016), *No Gravador* (2003). Integrante dos livros *O Conto Brasileiro Hoje*, Vol.5, (2007) e *Contos e Casos Populares* (introdução de Paulo Freire), 1984. E-mail: edu.reina@hotmail.com - **Ark:/80372/2596/v9/015**

² Advogada, pesquisadora, especialista em Direito Público (Damásio Educacional). Mestranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (ESMAT/UFT). E-mail: gomesirene973@gmail.com - **Ark:/80372/2596/v9/015**

tange aos resultados, constatamos que o processo de desterritorialização da população camponesa é uma etapa ignorada dentro do eixo reparatório da denominada Justiça de transição brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Guerrilha do Araguaia. Camponeses. Expulsão de Terras. Operações Militares e Memória.

ABSTRACT:

In the first half of the 1970s, military operations to exterminate guerrilla centers in the Araguaia region resulted in more than the disappearance of around 70 members of the Communist Party of Brazil (PCdoB). Among the actions reported by Araguaia peasants is the expulsion of hundreds of families from their possessions. The lands were taken by the Armed Forces and distributed to third parties to the detriment of the peasants. Thus, this work has as main objective (i) to examine the extent of the area in which the military and repression acted in the historical episode known as Guerrilha do Araguaia, (ii) as well as the area of land taken from peasants during the civil military dictatorship Brazilian. For methodological purposes, it will be a qualitative research, based on interviews, literature review and historical reconstitution. Regarding the results, we found that the process of deterritorialization of the peasant population is an ignored step within the reparatory axis of the so-called Brazilian transitional Justice.

KEY WORDS: Araguaia Guerrilla. Peasants. Expulsion from Land. Military Operations and Memory.

1. INTRODUÇÃO

As ações militares para exterminar os focos de guerrilha estabelecidos em diferentes pontos da região às margens dos rios Araguaia, Tocantins e Xingu, dentro do perímetro abarcado por Marabá/PA e Araguaína/TO, são amplamente conhecidas por significarem o maior conjunto de operações ocorrido no país e o segundo maior agrupamento militar, ficando atrás somente do contingente que atuou na segunda guerra mundial. Estas ações foram implementadas entre os anos de 1972 a 1975. Durante a denominada Guerrilha do Araguaia, cerca de 70 integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foram perseguidos, presos, torturados e mortos. Apesar das tratativas administrativas e judiciais por

parte dos familiares, com o objetivo da localização e identificação dos corpos, para que possam praticar as devidas homenagens fúnebres, até o momento, o intento não obteve êxito. No âmbito da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), quatro conselheiros foram substituídos pelo governo federal liderado por Jair Messias Bolsonaro, que entendeu haver a necessidade de integrar membros militares e alinhados a partidos de direita à CEMDP. Essa medida corrobora a frustração dos familiares.³

Mediante pesquisas bibliográficas e documentais, sobretudo entrevistas com camponeses que viviam na região e foram atingidos pelos atos praticados durante a guerrilha, foi revelado que as ações persecutórias atingiram centenas de famílias camponesas. Houve muitas perseguições, monitoramento de indivíduos, prisões, torturas, desaparecimentos e mortes tratadas oficialmente como suicídio, a exemplo do ocorrido com Lourival de Souza Paulino⁴. Dentre as diversas ações suportadas, uma, em particular, chama a atenção em virtude do significado na vida camponesa e da importância identificada durante as oitivas: a expulsão de suas terras.

A partir dessas oitivas foi identificado que as operações militares na região expulsaram centenas de famílias de agricultores de suas terras, tomaram as glebas e entregou-as para empresas, garimpeiros e pessoas afetas aos militares que atuaram nesta região. Essas ações foram amparadas pelo invólucro da legalidade e da reforma agrária. Nesse sentido possuímos como objetivos principais (i) identificação e exposição das tratativas praticadas pelas Forças Armadas (FFAA), locais de atuação, datas e objetivos traçados pelo estado a partir dos conteúdos extraídos dos documentos militares tornados oficiais a via recepção, análise e inclusão no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, (ii)

³ BRASIL. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro, 1995. Reconhece como mortas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acessado em 30 de maio de 2013.

Bolsonaro muda Comissão de Mortos e Desaparecidos em meio a ataques sobre o tema. Questionado sobre os motivos que conduziram a substituição de Conselheiros da CEMDP, o presidente Bolsonaro respondeu “o motivo é que mudou o presidente, agora é Jair Bolsonaro, de direita. Ponto final. Quando eles (governos anteriores) botavam terrorista lá, ninguém falava nada. Agora mudou o presidente. Igual mudou a questão ambiental também. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-muda-comissao-de-mortos-e-desaparecidos-em-meio-a-ataques-sobre-o-tema.shtml>. Acessado em 24 de fevereiro de 2022.

⁴ MPF denuncia médico do Exército suspeito de fraudar laudo de morte no Araguaia. <<https://oglobo.globo.com/politica/mpf-denuncia-medico-do-exercito-suspeito-de-fraudar-laudo-de-morte-no-araguaia-22756249>>. Acessado em 24 de fevereiro de 2022.

Irmãs recebem sobrenome do pai após 40 anos depois de sua morte no Araguaia. <<https://vladimirherzog.org/irmas-recebem-sobrenome-do-pai-40-anos-depois-de-sua-morte-no-araguaia/>>. Acessado em 24 de fevereiro de 2022.

Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) x Brasil. <<https://reubrasil.jor.br/julia-gomes-lund-e-outros-guerrilha-do-araguaia/>>. Acessado em 24 de fevereiro de 2022.

identificação e quantificação de parte das áreas tomadas dos camponeses do Araguaia a partir da oitiva de 100 pessoas.

A partir desse ponto, o trabalho percorre ações suportadas por camponeses locais, em especial, a expulsão de suas posses e a dimensão territorial suprimida do campesinato em benefício do Estado e/ou dos agentes por ele determinados em detrimento do trabalho na terra e sustento campesino local. Torna-se pertinente enfatizar, antecedendo os itens propostos, que havia um grande fluxo migratório na região do Araguaia, justamente em face das dinâmicas econômicas do período.

Para efeitos metodológicos, tratar-se de uma pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas, revisão bibliográfica e reconstituição histórica. Nesse sentido, além da pesquisa bibliográfica e documental, serão apresentadas narrativas decorrentes de pesquisa local como produto dos contatos realizados. As entrevistas com os moradores locais foram coletadas entre os anos de 2012 a 2015, com o objetivo principal de servirem, inicialmente, como embasamentos e elementos probatórios em processos de reparação judicial.

Cumprе sublinhar que as pesquisas integram trabalho em andamento cujos objetivos envolvem o resgate da memória e verdade, precisamente visando o lastro probatório quanto aos prejuízos suportados por esse grupo, entre demais temas afins à luz das vivências e realidades campesinas.⁵

2. FORMAÇÃO DAS CIDADES E A OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA NA REGIÃO DO ARAGUAIA

Historicamente, a região amazônica brasileira sempre foi palco de conflitos decorrentes da forma de concentração fundiária, marcada por relações de trabalho entre dominantes e subordinados. A partir de 1º de abril de 1964, com o golpe civil-militar, houve profundas transformações nessa área no sul e sudeste do Pará.

O problema teve início ainda no século XIX. Em 1897, a partir das terras indígenas, às margens do Rio Araguaia, no sul do Pará, chegaram frades dominicanos franceses oriundos da província de Toulouse, com o objetivo de catequizar nações Karajá e Caiapó que habitavam a região. Era a base de um povoado denominado Conceição do Araguaia.

⁵ As oitivas dos camponeses do Araguaia foram feitas na região, diretamente por Irene Gomes e equipe, na condição de advogada de inúmeros camponeses e ex-combatentes. Inicialmente, tinham objetivo de instruir requerimentos de anistia que tramitam/tramitavam em seus nomes na Comissão de Anistia quando ainda no Ministério da Justiça.

Sete anos depois, em 1904, foi descoberta zona de borracha e a área começou a receber homens em busca do caucho (Figueira, 1986, p.16). O fluxo migratório aumentou e em 1911 a população dessa região chegava a 11 mil pessoas. Em 3 de novembro de 1908, Conceição do Araguaia foi elevada a vila. Os problemas e disputas sempre marcaram a região. No ano de 1909, a vila fora invadida pelo coronel maranhense Leão Lêda, que junto com seus homens, dominaram o local. Antes, Lêda já subjugara as cidades de Boa Vista e Pedro Afonso, ambas em Goiás.

A crise do mercado de borracha fez a população declinar a partir de 1940. Em todo município, o censo do governo federal registrava 4.715 pessoas. Ao mesmo tempo, demandas originadas na Segunda Guerra Mundial tornaram a borracha produto altamente rentável, o que fez crescer novamente o fluxo migratório à região. O censo mostra que em 1950, a população na cidade saltara para 6.322 pessoas.

De acordo com o professor Ricardo Rezende Figueira, no livro “A justiça do lobo – posseiros e padres do Araguaia” (1986), para que se possa compreender a complexidade do caos fundiário da região, os conflitos pela posse e uso da terra, as violências e as mortes, é necessário recordar uma doação feita para a Fundação Brasil Central (FBC), realizada pelo governo estadual do Pará.

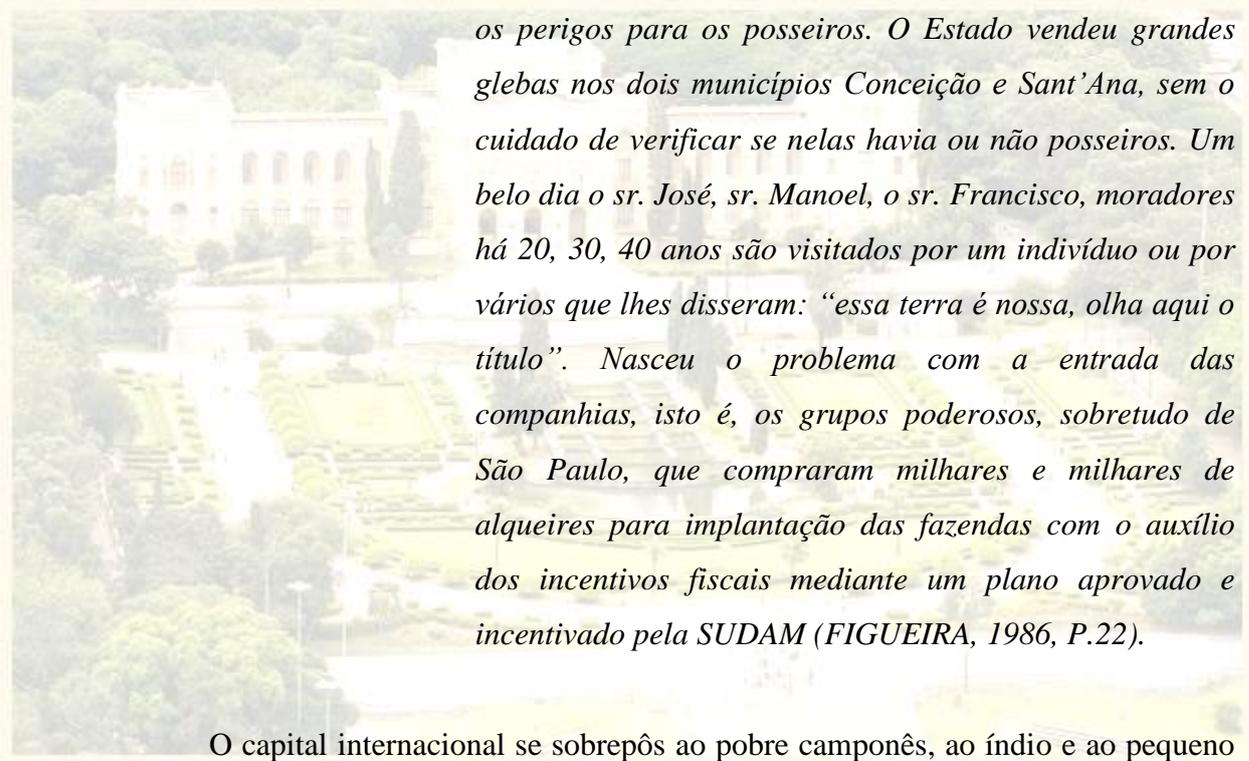
Era o ano de 1945, quando o interventor federal no Pará, coronel Magalhães Barata, cedeu para a FBC cerca de 50 milhões de hectares, situados na margem esquerda do Araguaia para dentro dez quilômetros, equivalente a área com 500 mil quilômetros quadrados, o que significa o território da Espanha ou duas vezes o do Reino Unido.

A Fundação não demarcou ou realizou qualquer benfeitoria nas terras gigantescas. Em 1961, o governador Moura Carvalho anulou a doação, através da lei nº 3.196. Mas não considerou anulados judicialmente registros imobiliários de 35 glebas, que totalizavam 152.000 hectares. Estavam no nome de Yasohati Tokuda. Para piorar a situação, o próprio governo paraense expediu títulos provisórios e de aforamento, o que se sobrepôs às determinações anteriores. Isso provocou muitos e ininterruptos problemas, uma vez que famílias já estavam assentadas nas glebas como posseiros antigos (Figueira, 1986, p.20).

De todo modo, os conflitos ficavam isolados e perdidos no interior paraense, que só veio se conectar, via rodovia, com o restante do Estado em 1960, com a conclusão da BR-153, rodovia Belém-Brasília. Para se ter ideia dos problemas do isolamento local, uma viagem entre Belém e Conceição do Araguaia, por meio fluvial, demorava em média quatro meses.

Em 1961, devido ao crescimento econômico, a vila de Conceição do Araguaia foi desmembrada em duas. Surgiu a vila de Sant'Ana do Araguaia. Os povoados no entorno do Araguaia já estavam sendo formados, com famílias inteiras de posseiros ocupando terras, onde eram praticados o extrativismo mineral, vegetal e animal, e agricultura de subsistência.

Já durante os governos civis militares após o golpe de 1964, a região começou a ser vista sob outra ótica. Surgiram planos para criação de agrovilas e da rodovia Transamazônica. Em 27 de outubro de 1966, pela lei nº 5.173, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).



De 1960 para cá começaram a aparecer as dificuldades e os perigos para os posseiros. O Estado vendeu grandes glebas nos dois municípios Conceição e Sant'Ana, sem o cuidado de verificar se nelas havia ou não posseiros. Um belo dia o sr. José, sr. Manoel, o sr. Francisco, moradores há 20, 30, 40 anos são visitados por um indivíduo ou por vários que lhes disseram: “essa terra é nossa, olha aqui o título”. Nasceu o problema com a entrada das companhias, isto é, os grupos poderosos, sobretudo de São Paulo, que compraram milhares e milhares de alqueires para implantação das fazendas com o auxílio dos incentivos fiscais mediante um plano aprovado e incentivado pela SUDAM (FIGUEIRA, 1986, P.22).

O capital internacional se sobrepôs ao pobre camponês, ao índio e ao pequeno produtor rural. As terras foram cedidas aos montes aos grupos internacionais. Somente no Pará, no norte do estado, Daniel Ludwig, multimilionário nascido nos Estados Unidos, tomou posse de nada menos do que 1,5 milhão de hectares de terras e reservas minerais. Na região sul do Pará as terras foram passadas para vários grupos financeiros, entre eles o Sul América, Atlântica-Boa Vista, Peixoto de Castro, Bradesco, Bamerindus, Volkswagen, Atlas, King's Ranch, John Davis, United Steel Corporation, Almeida Prado, Banco Econômico, Lunardelli, Aços Villares, Nixdorf, entre outros (Reina, 2019, Chinem, 1986).

A maior parte da população que habitava a região era formada por migrantes nordestinos, que acreditava numa profecia de Padre Cícero. Havia uma motivação para a

ocupação de terras no meio da floresta amazônica, de fundo religioso. História oral que corria e corre ainda na região é que Padre Cícero havia previsto que para o homem se salvar seria necessário atravessar o Rio Araguaia em busca da Bandeira Verde, terra da promessa e esperança. Os migrantes teriam de enfrentar a era do Capa-Verde, príncipe maligno. Seria travada uma disputa, uma grande guerra, e as forças do bem iriam prevalecer (Carvalho, 2014).

Eram famílias inteiras nordestinas, que buscavam escapar da seca e da fome, em busca de terras e prosperidade nas matas do sudeste do Pará. Todos nascidos maranhenses, piauienses, baianos, cearenses e até capixabas e mineiros. Boa parte dessas famílias já havia passado pelo Estado de Goiás, onde trabalhava como assalariada em fazendas.

Durante o período da guerrilha do Araguaia, pelo menos até 1972, a presença federal nesta região tinha o objetivo de recolher impostos ou para promover a repressão na região. Contudo, o caos diário, violência e injustiça já atingiam níveis enormes, fora de controle. O controle militar se ampliara em 1971, através do decreto-lei 1.164, de abril, que transferiu para a União terras numa faixa de cem quilômetros de cada lado das rodovias federais que cortavam a região do Araguaia. Esse procedimento possibilitou ao governo militar maior intervenção nessas terras.

As vias de acesso terrestre eram a Transamazônica – atual BR-230 –, a Belém-Brasília – BR-010, a PA-70 – atual BR-222, que faz a ligação entre Belém, Brasília e Marabá; além de três estradas operacionais (OP1, OP2 e OP3) abertas pelo Exército durante o período da guerrilha.

O processo de ocupação do baixo Araguaia pode ser assim resumido: Até 1960, era uma área praticamente inabitada, com a presença de índios. Nesse ano foi criada a vila de Itaipavas, às margens do Araguaia. No início da década de 1970, a vila se transformou no ponto mais importante no norte do município de Conceição do Araguaia. Nessa localidade havia uma serraria que beneficiava madeira para exportação, principalmente o mogno.

Mais abaixo, descendo o rio, ainda nos anos 60, surgiu a vila de São Geraldo, com base na exploração de castanha e dos garimpos de cristal. O governo estadual não implantou projeto de colonização. A situação ficou tão difícil que as pessoas acabaram sendo retiradas à força da região, expulsas com a ajuda dos militares. Conforme Figueira:

“até o ano de 1977 o número de famílias de lavradores que foram progressivamente ocupando as terras

ribeirinhas e do interior possivelmente não ultrapassava 500 e, mesmo assim, manter-se na terra era cada vez mais difícil” (Figueira, 1986, p.68).

No fim da década de 1960 e início da de 1970, a ação guerrilheira estava organizada em três destacamentos, denominados A, B e C seguindo as diretrizes partidárias contidas nos documentos do PCdoB que preconizava a Guerra Popular Prolongada com características maoístas. Cada segmento era composto por cerca de 20 pessoas, subordinadas a um comando do destacamento, que por sua vez ficava atrelada a uma comissão militar. O destacamento A atuava nas proximidades de São Domingos e São João do Araguaia. O destacamento B ficava no entorno de Palestina, Brejo Grande, São Geraldo e outros espaços próximos a área nordeste da atual Serra das Andorinhas, outrora chamada de Serra dos Martírios. Já o destacamento C estava situado próximo a região sudoeste da mesma serra.

As ações militares para caçar e matar os guerrilheiros do PCdoB na região do Araguaia tiveram início tão logo a deflagração da guerrilha e envolveram os moradores locais. Deixaram fortes marcas nos municípios conflagrados e, principalmente, em seus moradores. Os camponeses, inicialmente, colaboraram, mesmo sem o seu conhecimento, nas ações de reconhecimento de terreno, nas estratégias de obtenção de informações por parte dos militares. Também estiveram envolvidos com os guerrilheiros, chamados por eles de “povo da mata” e de “paulistas”. Depois, muitos camponeses foram presos, torturados e desaparecidos, conforme relatam hoje as mulheres sobreviventes. Alguns de seus filhos foram sequestrados pelas forças militares e enviados para trabalhos dentro de quartéis do Exército em outros Estados e no interior do Pará (Reina, 2019).

Por ocasião da denominada guerrilha do Araguaia, a região contava com cerca de 29 mil habitantes. Contudo, vale ressaltar que, apesar do ambiente hostil instalado pelas Forças Armadas, provavelmente em virtude da necessidade campesina e do desconhecimento da realidade local, migrações continuaram a ocorrer, embora em ritmo desacelerado.

3. A LÓGICA DA REPRESSÃO DOS CAMPONESES NO BRASIL

A lógica utilizada pelas forças militares de repressão no Brasil para expulsar camponeses de suas terras no Araguaia, segue cartilha de guerra antirrevolucionária que prega

o aniquilamento total do inimigo e todo seu entorno. Cujo objetivo é reprimir definitivamente a mobilização de qualquer setor da sociedade que esteve em contato e cooperou com o chamado “inimigo” ou “subversivo”.

Por isso, a repressão não teria se limitado à guerrilha ou a lideranças políticas, mas se dirigiu contra a subversão, transformando todos em suspeitos: mulheres e religiosos que desenvolviam atividades em bairros populares; portadores de necessidades especiais que reivindicavam o acesso a direitos; pessoas com qualquer tipo de envolvimento em atividades sindicais e políticas ou que esboçassem simpatia pelos assim considerados ideais da “subversão” (SANJURJO, 2018, p.63).

Essa forte repressão está baseada em doutrina desenvolvida pelas forças armadas francesas durante embates em suas ex-colônias na Indochina e na Argélia. No Brasil foi difundida pelo general francês Paul Aussaresses, além de constar do currículo nos cursos da Escola das Américas (*School of the Americas*), do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que ensinava a formação de contra-insurgência anticomunista.

A influência dos franceses no pensamento militar brasileiro é muito menos conhecida que a americana, observa Leneide Duarte-Plon. Contudo, a doutrina dos militares franceses está no DNA das ditaduras latino-americanas, a começar pela brasileira, a primeira a se instalar e a que perdurou por mais tempo na América do Sul.

Foi a doutrina francesa que serviu de alicerce ao edifício teórico que elaborou a tese do inimigo interno e redesenhou a Doutrina de Segurança Nacional. Segundo essa teoria militar, o adversário a ser combatido é o inimigo interno, representado por comunistas, intelectuais, operários, camponeses, líderes sindicais, estudantes e artistas, simpatizantes de ideias consideradas subversivas. Para lutar contra o inimigo interno, os



militares brasileiros criariam a Lei de Segurança Nacional (LSN) (DUARTE-PLON, 2016, p.37).

As teorias francesas da “guerra anti-revolucionária” teriam chegado ao Brasil em 1959, numa conferência realizada pelo coronel Augusto Fragoso na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. Foi quando passou a ser adotada pelo Estado-Maior das Forças Armadas, se transformando em prática nas ações originadas a partir do golpe de 1964.

4. A GUERRILHA DO ARAGUAIA E O SEU RECONHECIMENTO PELO ESTADO

A organização política engendrada pelo PCdoB para a denominada guerrilha do Araguaia teve início no final da década de 60; contou com aproximadamente 70 militantes. Tinha como objetivo a inserção do grupo naquela zona rural a fim de conquistar a confiança da população local para, em seguida, leva-los à ideologia comunista e ao posterior levante de uma revolta camponesa aos moldes do que aconteceu na China, com Mao Tse Tung.

Muitos de seus integrantes dispunham de treinamento de guerrilha adquirido em Cuba ou na China. No início dos anos 70, o serviço de monitoramento militar identificou ações suspeitas naquela região, relativas à infração da lei de segurança nacional: uma ameaça comunista. Assim, foram implementadas ações de investigações locais até que, em abril de 1972 teve início inúmeras operações militares que objetivaram a busca, captura e extermínio dos militantes do PCdoB, o que perdurou até o fim de 1975, ano em que também ocorreu a chamada Operação Limpeza que cumpriu o papel de fazer uma varredura local com a retirada de cadáveres e demais provas materiais das ações de repressão desenvolvidas.⁶

O monitoramento ostensivo na região seguiu de forma intensa, com gradiente de afrouxamento e efeitos até os dias atuais. Ação movida pelo Ministério Público Federal do Pará, no ano de 2001, registra a prisão de agentes militares que, mediante ameaças, mantinham visitas a camponeses que atuaram na guerrilha, especialmente como mateiros,

⁶ A Operação Limpeza aconteceu no decorrer de 1975 e estendeu-se por vários anos. No primeiro e mais intenso momento (1975), cumpriu o papel de retirar de toda a área de atuação, corpos, objetos ou qualquer elemento que pudesse chamar a atenção para o acontecido. Na sequência, houve visitas e monitoramentos constantes direcionados aos camponeses locais com o objetivo de colher informações sobre a existência de grupos ou pessoas interessadas naquele evento histórico e a continuidade das ameaças a si e aos familiares em caso de contarem sobre o que viram e ouviram (Ministério Público Federal do Pará identificou tais ações até 2001).

com objetivo de garantir a continuidade do silêncio. O mecanismo utilizado para a manutenção de um vínculo de amizade, relação de companheirismo e importância fundava-se na doação de cestas básicas.

Somente após as primeiras investidas, perseguições, prisões e torturas, as Forças Armadas entenderam que os camponeses realmente não tinham conhecimento dos objetivos políticos dos militantes do PCdoB, nesse momento tratados pelos agentes estatais como “terroristas, guerrilheiros e assaltantes de bancos”, e pelos camponeses como “paulistas e povo da mata”. Ainda assim, foram tomados como partícipes de uma “rede de apoio” aos comunistas, o que não os excluíram das investidas militares. Ou seja, para extirpar a guerrilha era necessário cortar o mal pela raiz e toda área fértil que pudesse propiciar novo levante. Os camponeses faziam parte desse campo fértil.

O livro *Direito à Memória e à Verdade* (Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2007), publicado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, destaca que numa primeira campanha os militares prenderam e intimidaram os moradores, além de incentivar com dinheiro a delação sobre os ‘paulistas’. Nos depoimentos tomados pelo Ministério Público Federal quando da investigação, realizada em 2001, os moradores da região relatam que os militares agiram com brutalidade nos povoados e cidades, aterrorizando a todos. Muitos camponeses foram presos e espancados, e pelo menos dois foram mortos nessa primeira campanha militar.

Teve início, então, a etapa seguinte. Em 07/10/1973, foi desencadeada a terceira e última expedição contra a guerrilha. Batizada como Operação Marajoara, essa nova campanha mobilizou, além do efetivo já presente no local, entre 250 e 750 militares especificamente treinados para o combate direto aos guerrilheiros na floresta, sendo apoiados por helicópteros e aviões. A Presidência da República, encabeçada pelo general Médici, assumiu diretamente o controle sobre as operações repressivas. A ordem era não fazer prisioneiros. O comando foi composto por militares da Amazônia, que ficavam nos acampamentos do Exército e da Aeronáutica. Suas reuniões eram realizadas na chamada Casa Azul, quartel-



general de todas as operações. (Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2007, p.198).

O texto acima corrobora narrativas prestadas por camponeses no que tange ao ano, ação e aproximado contingente militar e nos serve para a elucidação quanto a gravidade das operações militares praticadas na região.

5. LOCAIS E PERÍODOS DAS ATIVIDADES MILITARES E SEUS OBJETIVOS

A partir da análise e compilação de dados extraídos dos documentos militares constantes no Relatório Final da CNV, portanto, reconhecidos e tornados oficiais pelo Estado brasileiro, foi possível trabalhar uma suma dos municípios, vilas, povoados e localidades onde houve ação militar, seja com enfoque operacional ou de controle.

A documentação é composta por aproximadamente 1.500 (hum mil e quinhentas) folhas, com pequena parte ilegível. Para a construção da suma foram considerados das operações (i) nomes; (ii) datas; (iii) objetivos e; (iv) locais. Em função do grande lapso temporal utilizado para as operações (1972 a 1975), há localidades que sofreram a presença militar por mais de uma vez ao passo que outras mantiveram bases militares por todos o período e, outras ainda que suportaram tais ações uma única vez, a depender dos planos seguidos para a caça aos guerrilheiros. Para esse trabalho foi definida a apresentação de dois quadros sintéticos, (i) suma das atividades militares e períodos, e; (ii) suma dos municípios, vilas, povoados e demais localidades.

Importa informar que muitas das nomenclaturas utilizadas nos relatórios foram convencionadas pelos próprios militares como meio de identificação de determinado ponto na selva enquanto vários outros são decorrentes de nomes de igarapés ou característica daquele local específico. Por exemplo, Pedra do Almoço recebe esse nome em virtude de ser o local onde os camponeses, em viagem, costumavam parar para almoçar. É compreensível que muitos desses nomes não sejam mais utilizados ou reconhecidos em virtude do grande lapso temporal. As memórias locais, quando não há registro histórico, vão sendo extirpadas na medida que a vida dos mais velhos se esvai. Os documentos analisados, necessariamente, não representam todas as operações e ações militares praticadas na região, muito embora compreendam todo o período reconhecido como de ação e guerrilha.

Quadro I – Suma das datas e operações militares correspondentes

Período	Ações militares
1971 a dezembro de 1972	Operação Mesopotâmia Operação Peixe – 1972 Operação Cigana – Abril de 1972 Missão Xambioá – 11 de abril 72 Autorização para continuidade da Operação Peixe - 9 de junho a, aproximadamente, outubro de 1972 Operação Papagaio – Manobra Araguaia - 10 de setembro de 1972
Dezembro de 1972 a maio de 1973	Trégua Operação Sucuri – Investigação militar – Inteligência militar – Infiltração sob disfarce
Dezembro de 1972 a maio de 1973	Trégua Operação Sucuri – Investigação militar – Inteligência militar – Infiltração sob disfarce
Maio de 1973 ao final de 1974	Operação Marajoara – 1973 a 1974
Final de 1974 a 1975	Operação Limpeza

Fonte: “Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha” (2005) e Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A partir da leitura acima, é possível identificar a quantidade de ações militares e sua divisão temporal.

Quadro II – Suma dos municípios, vilas, lugarejos e demais localidades onde as FFAA atuaram

Qt	Locais	Qt	Locais	Qt	Locais
1	8 Barracas	39	Duas Passagens	76	Pau Preto-Mutum
2	Abóbora	40	Entroncamento	77	Pernambuco
3	Albertino	41	Esperancinha	78	Ponte Sena
4	Alvo (Chega com Jeito),	42	Estrada da Serraria	79	Região da Cigana,
5	Apinajés,		Marcelinense	80	Regiões do Vale do
6	Araguaína	43	Estreito		Saranzal
7	Araguanã	44	Faveiro	81	Remanso dos Botos
8	Araguatins	45	Fazenda	82	Rio Saranzal
9	Área limítrofe do estado do	46	Fazenda Pernambuco	83	Rio Xambioá
	Pará	47	Formiga	84	Santa Cruz
10	Axixá	48	Fortaleza	85	Santa Tereza
11	Bacaba	49	Gameleira I	86	São Domingos do
12	Boca do Caiano	50	Gameleira II		Araguaia
13	Bom Jesus	51	Gameleira	87	São Domingos do
14	Brejo Grande	52	Gameleirinha (Alto da		Capim,
15	Cachimbeiro		Gameleira)	88	São Geraldo do
16	Cafezeira	53	Goiás e Maranhão ao		Araguaia
17	Caiano		norte do Pará	89	São João do Araguaia
18	Castanhal da Viúva	54	Grota Vermelha	90	São João
19	Calixto		(Mutum)	91	São José I
20	Casa de Alandrine	55	Igarapé dos Perdidos	92	Serra das Andorinhas
21	Casa do Manoel de Freitas	56	Imperatriz	93	Serra Rica
22	Castanhal da Viúva	57	Indústria Madeireira	94	Seruco
23	Castanhal do Alexandre e	58	Paraense Ltda	95	Sítio da Viúva
24	Zé Ferreira	9	Itamirim	96	Sítio do Pedrão
25	Castanhal do Getubino	60	Jabotiara	97	Sítio Paulista
26	Castanhal do João de	61	José Novato,	98	Sobra de Terra
	Aquino	62	Km 72 da	99	Some Home
27	Castanhal do Noletto		Transamazônica	100	Sul da Serra das
28	Castanhal do Oswaldinho	63	Limpeza		Andorinhas (Pau Preto)

29	Castanhal do Zé Ferreira	64	Manoel Freitas	101	Transamazônica
30	Castanhal do Zé Pereira	65	Marabá	102	(Estreito-Marabá)
31	Castanhal José e São Sebastião	66	Matrinchã	103	Transamazônica e povoados (casas isoladas por 30 dias)
32	Chega com Jeito	68	Miúdos		
33	Cigana	69	Mutum	104	Transamazônica Km 72,
34	Cocalinho	70	Novo Mundo		
35	Consolação	71	Palestina	105	Transamazônica
36	Consulta	72	Patrimônio	106	Umbaubal
37	Couro Dantas	73	Pau Cem	107	Vale do Saranzal
38	Domingos da Júlia e Luiz Bacião	74	Pau Preto I	108	Viração de Cima
		75	Pau Preto	109	Xambioá

Fonte: "Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha" (2005) e Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Apesar dos documentos militares analisados não refletirem a totalidade das operações militares praticadas na região, foi possível identificar 109 localidades diretamente atingidas.

5.1. PERÍMETRO ATINGIDO PELAS AÇÕES MILITARES E CRITÉRIOS PARA SUA DEMARCAÇÃO

A partir dessas informações somadas às entrevistas com os camponeses, foi possível desenhar o perímetro de atuação militar em km². Para tanto, a fim de corroborar ou não a conclusão chegada, foi também considerada a fala do ex-militante do PCdoB e ex-guerrilheiro, José Genoíno Neto, em entrevista concedida em 1º de março de 2022. Nessa entrevista, Genoíno confirmou a existência de uma base militar permanente em Marabá/PA e em Xambioá/TO, além da base de Araguaína que servia como um suporte.

Também corrobora nossa conclusão quanto aos pontos que estabelecem o perímetro de atuação direta dos militares, o que perfaz a totalidade da área compreendida entre Marabá, no sentido do Rio Taurizinho, com a extensão de uma linha imaginária que junta pontos estabelecidos pelos rios e igarapés subsequentes até a chegada ao município de Xinguara, antes, Conceição do Araguaia⁷. Em resumo, o perímetro forma uma espécie de barriga banhada pelo rio Araguaia em quase todo o percurso que finda com o Rio Tocantins, na altura de Marabá/PA.

Genoíno confirmou ainda que toda a margem dos rios Araguaia e Tocantins, seja do lado do Pará ou do Tocantins e Maranhão, permaneceu sob vigília e controle militar, à

⁷ O município de Conceição do Araguaia abarcava área geográfica posteriormente dividida em 5 municípios. Xinguara foi criada em 1982.

exceção de Xambioá que foi tomada quase por completo em virtude de comportar base Militar ali instalada e permanente durante todo o período de combate (1972 a 1975).

O mapa abaixo permite a identificação do perímetro da guerrilha do Araguaia considerando as conclusões geradas pelas pesquisas, à saber:

Importa esclarecer que a demarcação do perímetro acima descrito não carrega precisão matemática. Os levantamentos, conforme já exposto, tomaram como base documentos militares, depoimentos de camponeses que vivenciaram a guerrilha e informações prestadas por José Genoíno Neto, além de informações contidas na bibliografia lida e analisada neste trabalho. O conjunto dessas informações conduziu ao resultado apresentado com base nas seguintes considerações:

Quadro III – Critérios estabelecidos para a demarcação do perímetro da guerrilha

Municípios/áreas	Critérios para definição dos perímetros	Fundamentação
Municípios integralmente tomados pelas FFAA	Computação da área total em km ²	O município, em sua integralidade, está inserido na área identificada pela pesquisa.
Municípios parcialmente tomados pelas FFAA no Pará (1)	Computação da área parcial considerando os maiores rios e afluentes	Declarações prestadas pelos camponeses, bibliografia e entrevista com José Genoíno Neto.
Municípios parcialmente tomados pelas FFAA no Pará (2)	Computação da área parcial considerando o 52º BIS	O 52º BIS foi construído distante do centro da cidade, às margens da Transamazônica, em direção ao município de São Domingos das Latas, hoje São Domingos do Araguaia. Era o marco institucional do perímetro da guerrilha que tinha na outra ponta o município de Xambioá/TO.
Limites nos estados de Tocantins e Maranhão	Perímetro de 10 km a partir da margem dos Rios Araguaia e Tocantins que marcam a divisa entre os estados	Declarações prestadas pelos camponeses, bibliografia e entrevista com José Genoíno Neto informaram que toda a margem dos rios Araguaia e Tocantins foram monitoradas durante todo o período da guerrilha. Fundamentar os 10km ou alterar.

Fonte: “Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha” (2005), Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), depoimentos de camponeses locais e entrevista com JOSÉ GENOÍNO NETO.

Dessa forma, a área total atingida pelas atividades das Forças Armadas durante a Guerrilha do Araguaia, seja no sentido de controle, vigília e/ou combate abarca o total de 13 municípios expostos no quadro abaixo.

Quadro IV – Municípios atingidos pelas FFAA durante a Guerrilha do Araguaia, integral ou parcialmente

Município	Estado	Área em Km ²	Área contabilizada
Ananás (Rebojo)	Tocantins (TO)	1.587,000 km ²	476,100 km ²
Araguaína	Tocantins (TO)	4.000,416 km ²	400,041 km ²
Araguanã	Tocantins (TO)	1.103,330 km ²	110,333 km ²

Araguatins	Tocantins (TO)	2.633,278 km ²	789,981 km ²
Carmolândia	Tocantins (TO)	339,401 km ²	33,940 km ²
Curionópolis	Pará (PA)	2.368,698 km ²	1.184,349 Km ²
Eldorado do Carajás	Pará (PA)	2.956,691 km ²	2.956,691 km ²
Esperantina	Tocantins (TO)	504,019 km ²	504,019 Km ²
Marabá	Pará (PA)	15.128,000 km ²	4.538,400 km ²
Palestina	Pará (PA)	988,880 km ²	988,880 km ²
Piçarra	Pará (PA)	3.312,485 km ²	3.312,485 km ²
São Domingos do Araguaia	Pará (PA)	1.398,500 km ²	1.398,500 km ²
São Geraldo do Araguaia	Pará (PA)	3.270,000 km ²	3.270,000 km ²
Xambioá	Tocantins (TO)	1.186,000 km ²	1.186,000 km ²
Xinguara	Pará (PA)	3.779,412 km ²	3.779,412 km ²
Perímetro levantado	total		24.929,131 km²

Fonte: IBGE

José Genoíno trouxe a informação de que as atividades da guerrilha eram divididas em dois perímetros. O primeiro, maior, chamado de recuo, estendia-se de Marabá a Conceição do Araguaia, do Xingu a Araguaína. A área era inabitada, motivo pelo qual afirma que se os guerrilheiros tivessem conseguido chegar ao Xingu, não teriam sido capturados. O outro perímetro, menor, era estabelecido pela ocupação dos grupos de militantes.

Quanto às atividades militares, igualmente havia uma área, que denomina como perímetro amplo, cujo objetivo e serventia estava fundada na vigilância e monitoramento ostensivo local. Contava com representantes do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa (DOI-CODI) e outros órgãos de repressão. Esse perímetro amplo é estendido aos municípios de Imperatriz, Carolina do Norte, Araguaína e Araguaatins. O perímetro menor era dividido em área de controle e perseguição e combate.

As perseguições, no entanto, também ocorriam nas áreas de controle. Toda a margem do Rio Araguaia, seja do lado do Pará ou do Tocantins, Rio Tocantins, seja do lado do Tocantins ou Maranhão, rodovia Belém-Brasília, início da Transamazônica até a entrada de Mato Grosso do Sul e prelazia de São Félix do Xingu era área de controle permanente. A área restrita, de atuação contínua, embora nem sempre concomitante, é essa demarcada por Marabá (Rio Taurizinho) até Xinguara (Conceição do Araguaia), com extensão, dentro desse perímetro, aos municípios que margeiam os rios Araguaia, lado do Tocantins e rio Tocantins, lado do Maranhão, conforme fazem provas os documentos militares analisados.

6. EXPULSÃO DAS TERRAS E RELATOS DE CAMPONESES

A história, o governo, os militares e a sociedade ocultaram muitas das atrocidades cometidas durante a guerrilha do Araguaia. Resultado de um projeto bem-sucedido, crueldades extremas foram praticadas pelas forças militares durante o levante na década de 1970. Ficaram silenciadas por décadas e vozes de centenas de vítimas foram caladas por processos diversos, da morte à intimidação, pela censura ao esquecimento.

Todos os camponeses foram atingidos pelas ações militares que tomaram a região, seja de forma ostensiva, no decorrer de todo o período da guerrilha, seja de maneira descontínua. Ocorre que o camponês sobrevive do que planta e cria, segue uma lógica de produção vinculada as estações do ano e seu “salário”, sua “renda alimentar” não é computada mês a mês, em dia certo e sabido.

O camponês segue um cronograma sazonal que impõe organização anual para sua sobrevivência. A quebra de um dos elos dessa corrente significa prejuízo imediato acumulado com trabalho perdido, quando não pode, por exemplo, colher o que plantou e cuidou, caso em que perde o tempo dedicado ao trabalho pretérito e o sustento, a “ração” que deve ser colhida e guardada para presente e futuro até próxima colheita.

Os moradores locais, posseiros migrantes de vários estados viam na região a possibilidade de moradia, trabalho e cuidado familiar. Mantinham convívio amistoso com os novos migrantes, tanto quanto qualquer outro e não tinham conhecimento dos objetivos políticos dos novos migrantes que guardavam características físicas diferenciadas. O único diferencial residia na simpatia e gratidão pelo fato de serem educados, solícitos, portadores de conhecimentos médicos e medicamentos que emprestavam à comunidade.

A relação construída entre os camponeses e os integrantes do PCdoB, somada ao fato de estarem distribuídos em postos espalhados por toda a região, contribuiu para a continuidade persecutória dos mesmos e a nomeação como “rede de apoio aos terroristas”. Considerando também que os militantes do PCdoB partiram em fuga para a selva e que dela eram conhecedores, as forças militares foram compelidas ao mesmo caminho. Portanto, a partir dessa caçada aos comunistas que se gerou a destruição de lares, de roças e a tomada de terras dos indivíduos que lá atuavam há décadas.

Euclides Martins de Moraes e família moravam na beira de um igarapé denominado Córrego dos Veados. “Era uma arezinha que nós prantava arroz, manáiba,

milho, mandioca. Fazia farinha numa casinha”, explica Moraes. A terra que ele e família composta por 11 pessoas trabalhavam tinha cerca de 50 alqueires.

Um dos filhos de Euclides, com seu mesmo nome, relata que o pai foi preso pelos militares no dia 1º de novembro de 1973:

Chegou umas pessoa lá (sic), procurando assim: Ô seu ‘Zédiu’, cê pode me acompanhar ali na Bacaba? E aí, tava a tropa do Exército, ali junto ali. E ele acompanhou a tropa do Exército e foram pra Bacaba. Que era na beira da Transamazônica lá no quilômetro 73. Aí ficou por lá, veio pra Marabá. Aí lá tinha uma prisão lá. Na prisão lá tinha tortura viu? O camarada subia em cima de uma lata assim, passava a rasteira só pra ver o cara deitar no chão. E chutava a cara, chutava as partes íntimas... E tinha um aparelhinho com pilha, aí eles dizia assim, pega aqui procê vê como é bom. Ai quando pessoa pegava e tocava... o cabra caia embolado todinho no chão. Aquilo era só tortura que eles faziam.

O camponês conta ainda que o pai passou por várias sessões de tortura, entre elas o telefone, quando a vítima recebe fortes tapas simultâneos nos ouvidos. “Aquilo tinha vez que espancava que o sangue descia”, complementa outro filho de Euclides, Ladiel Martins de Moraes. Euclides pai ficou preso sem nenhum contato com a família por 30 dias. Esteve confinado num barraco onde não tinha acesso ao sol. Num determinado dia foi transferido para uma base do Exército em Araguaína, onde permaneceu preso mais 29 dias.

Recebeu tanta tortura, reclamam os filhos, que não conseguiu mais trabalhar. “A lembrança que nós tinha é porque ele era saudável, quando ele foi preso. Depois de preso ele ficou sem poder trabalhar e foi indo até a morte. Ele morreu dia 20 de setembro de 2002”, relata Ladiel. Os filhos dizem que Euclides era uma pessoa alegre, divertida. Depois ficou triste, totalmente diferente. Além da prisão do pai, foram expulsos de suas terras.

Outro camponês que teve as terras expropriadas pelo Exército no Araguaia é Vicente Pedro da Silva. Ele foi preso em 1972. Passou pelas bases militares de Bacaba e Araguaína. Sofreu muita tortura. Diz que ficavam muitos dias sem comer, presos nus dentro de um buraco no chão. Quando deixaram os presos sair do buraco na base de Bacaba,

apelidado de Vietnã, “teve gente que saiu procurando dentro dos tambor de lixo, procurando o que comer”, conta em meio a lágrimas. Toda vez que recorda sobre o que passou na prisão nos anos 70, diz a esposa Creuza Ribeira Alves Rocha, Vicente se emociona e chora muito. Durante a entrevista, a mulher tenta acalmá-lo para prosseguir a história.

O agricultor morava com a família em Brejo Grande, numa casinha coberta por palha, numa gleba com 20 alqueires. Hoje, continua na mesma região. Ele conta que os soldados do Exército invadiram a moradia durante a madrugada, enquanto ele estava dormindo. “Tava dentro dois soldado, aí armado, aí me chamaram pra ir com eles até a Bacaba. Aí eu pedi pra mim vestir uma roupa, que eu tava só de short. Aí eles disse ‘pode vestir’. Eu vesti uma roupa e calcei um chinelo e fui com eles”, relembra.

Aponta que ao chegar na base de Bacaba foi jogado dentro do buraco-prisão, o Vietnã. Mas não falaram a razão da prisão. “(Na base de Bacaba) Era tudo molhado de urina dentro do coisa. Não tinha banheiro. Era homem demais dentro do coisa, era tudo nu. Era demais, era gente demais, homem demais. E sem comer!”

Mesma violência é relatada por Angelo Lopes de Souza, que morava com a esposa Ione Gomes Tavares, que trabalhavam em 22 alqueires de terra. Lá plantavam mandioca, milho, arroz, feijão, abóbora e laranja. “Era uma vida tranquila mesmo! Graças a Deus”, diz Angelo. Mas, “aí, de repente chegou... Surgiu essa conclusão de me pegar e de me carregar eu”, reclama. Entre as torturas que sofreu, diz que levou muitos socos, pontapés. “O cabo dava era de botina nas costela da gente! Eu me queixo ainda que, eu fiquei com uma dor nesse quarto”, apontando para as costas.

Adão Rodrigues Lima, camponês que vivenciou a Guerrilha do Araguaia afirma, conforme seu requerimento de anistia e o voto de Frederico Lopes na Comissão de Anistia, no Ministério da Justiça:⁸

“[...] Perdi tudo, fiquei sem nada e até hoje vivo doente sem poder trabalhar. Nunca mais arrumei o que tinha na época que era saúde e terra para trabalhar. Então eu peço que tenham compaixão dos torturados da Guerrilha

⁸ A Comissão de Anistia foi criada por força da lei 10.559/02 que regulamentou o art. 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88. Até o dia 1 de janeiro de 2019 funcionou dentro do Ministério da Justiça (MJ) e vinculada, diretamente, ao Gabinete da Presidência da República, posteriormente foi inserida no criado Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos (MDH). Cumpre o papel de assessorar o Ministro da pasta onde está localizada, com a análise e manifestação de voto quanto a declaração da condição de anistiado político e as reparações decorrentes.

do Araguaia porque somos necessitados, pobres e doentes de tanto apanhar.” [o grifo é nosso]

Como bem informa o relato acima transcrito a terra era a garantia de sobrevivência da região. Valiam-se os moradores, para tanto, da agricultura estruturada a partir de núcleos familiares (agricultura familiar), da caça, da pesca e do extrativismo.

No mesmo sentido, segue o extraído do voto de José Vaqueiro dos Santos, camponês que vivenciou a Guerrilha do Araguaia e a Batalha dos Perdidos:⁹

“Portanto, ‘neutralizar a rede de apoio’ traduzia uma estratégia militar de encarceramento e a submissão da população, que era considerada pelos órgãos de inteligência militar como parte da rede de apoio guerrilheira. Conforme conclui o relatório da CNV, “o saldo final dessa operação foi a aniquilação total da guerrilha na região: 56 guerrilheiros mortos (cujos corpos ainda se encontram desaparecidos) e mais de duas centenas de camponeses presos sob acusação de constituírem as redes de apoio da guerrilha.”

Conforme se extrai das narrativas acima, indubitáveis as agressões suportadas pelos camponeses locais.

6.1. ESTIMATIVA DA ÁREA DE TERRAS TOMADA

A análise das entrevistas dos camponeses do Araguaia permitiu identificar 102 narrativas que revelam a perda da terra via expulsão pelas Forças Armadas. Esse grupo está dividido entre os que informaram a localidade e a área de terra perdida, aqueles que informaram somente a localidade e outro que informou apenas a área. A falta da indicação da

⁹ A Batalha dos Perdidos ocorreu em outubro de 1976, na sequência da Guerrilha do Araguaia, situada dentro do perímetro da guerrilha, às margens do Rio Araguaia pelo lado do Pará. Tratou-se de um confronto entre camponeses locais, INCRA e policiais locais. Após o confronto houve a atuação das FFAA que temiam tratar-se de um novo levante dos mesmos atores da Guerrilha do Araguaia. No entanto, o confronto tinha como foco a briga pelas posses de terra.

localização das terras não interfere na apuração aqui proposta, uma vez que inseridas na área de atuação das FFAA.

Quanto à dimensão das terras, para efeito desse trabalho, com base na área mencionada com maior frequência, foi arbitrado 20 alqueires para cada camponês, conforme quadro abaixo.

Quadro V – Áreas de terra tomadas dos camponeses do Araguaia

Qt áreas	Localidades	Alqueires	Km ²
32	Sem identificação	543	0,97
1	Araguanã, beira do Rio Araguaia	14	0,68
2	Bacaba	41	1,99
1	Beira Transamazônica	20	0,97
2	Bom Jesus	25	1,21
1	Boqueirão 21,31	20	0,97
1	Brasil Espanha	20	0,97
3	Brejo Grande	60	2,91
1	Caçador, perto de São Domingos do Araguaia	10	0,48
2	Caiano	65	3,14
2	Cajazeiro, em São João do Araguaia	40	1,94
1	Chega com Jeito, na Fortaleza	15	0,72
1	Córrego do Ouro, São Geraldo do Araguaia	20	0,97
1	Córrego dos Veados	50	2,42
1	Espanha, do outro lado da OP3	20	0,97
2	Fazenda Jacu. Beira do Igarapé Jacu.	100	4,84
2	Formiga	45	2,14
7	Fortaleza	130	6,31
1	Gameleira	22	1,06
1	Ilha de campo	10	0,48
1	Lado de Goiás, hoje Tocantins.	30	1,45
4	Metade	100	3,88
1	Obá, São Domingos do Araguaia	20	0,97
1	Olhos D'Água, Cearencezinho	20	0,97
1	OP3	200	9,68
3	Palestina	80	3,86
4	Perdidos	120	4,85
1	Poções, perto de São Domingos do Araguaia	50	2,42
2	Próximo a Marabá	54	2,61
2	Próximo a Palestina	40	1,94
1	Próximo a Santa Luzia do Velho Jorge	30	1,45
4	Próximo a São Domingos do Araguaia	75	3,63
1	Próximo a São Geraldo do Araguaia	20	0,97
1	Próximo do Osvaldão e a Dina (Serra das Andorinhas)	03	0,15
1	Sair do Sol – São Domingos do Araguaia	50	2,42
1	Santa Luzia	20	0,97
1	São João do Araguaia	20	0,97
1	Simão, também conhecida como Santa Teresa	20	0,97
1	Sorrozinho, perto do Pau Preto	10	0,48
2	Tabocão	44	2,12
1	Taboquinha	22	1,06
2	Xambioá	125	6,05
Total 102		2.423	90,01

Fonte: "Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha" (2005) e Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Para além do patrimônio material imediatamente perdido, significa que 100 famílias perderam suas residências e seu meio de trabalho e sustento. Foi retirada a possibilidade do sustento familiar. Estas mesmas famílias camponesas tiveram seus maridos e/ou filhos e outros familiares presos, torturados, mortos e desaparecidos. Importante destacar que a região específica onde ocorreu a guerrilha tinha, naquela época, cerca de 29 mil habitantes, de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil 1972 do IBGE, com resultados do Censo Demográfico de 1970, dados sobre a população residente, área e densidade demográfica, segundo as unidades da Federação, as microrregiões homogêneas e municípios.

A título de exemplificação, área tomada dos camponeses do Araguaia pelas forças militares, que é de **90,01 km²** é maior que a área territorial de:

Quadro VI

Cidade/País	Área em km ²	Equivalência
Paris	105,40 km ²	1 vez
Cuba	109,80 km ²	1 vez
República Dominicana	48,40 km ²	Quase 2 vezes
São Caetano do Sul (SP)	15,30 km ²	6 vezes
Osasco (SP)	64,09 km ²	1 vez e meia
Aracaju (SE)	181,90 km ²	Metade da área
Olinda (PE)	41,68 km ²	Mais de 2 vezes
Suíça	41,20 km ²	Mais de 2 vezes
Lisboa (Portugal)	100 km ²	1 vez
Florença (Itália)	102 km ²	1 vez
Montevideo (Uruguai)	200,70 km ²	Metade

Fonte: IBGE/Prefeituras locais/ONU

No mesmo ano, mas na região da guerrilha do Araguaia, o Censo 1970 do IBGE aponta que moravam nas localidades onde estavam os guerrilheiros – os atuais oito municípios de Araguanã, Aragatins, Marabá, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Xambioá – pouco mais de 126 mil habitantes, numa área territorial total de 25.370,000 Km² (vinte e cinco milhões, trezentos e setenta mil quilômetros quadrados).

Importa reafirmar que o resultado mostrado diz respeito às entrevistas de 100 camponeses e que esses não significam a totalidade daqueles que viviam na região. Muito ainda há que ser pesquisado, analisado e registrado como meio de resguardo da memória e resgate da verdade histórica. A junção desses elementos permite uma melhor compreensão da situação atual da região, possibilitam a identidade e o pertencimento local de maneira integral e conhecimento necessário para as tomadas de medidas para mudança e melhoria das realidades locais.

7. CONCLUSÃO

Com as várias produções históricas, acadêmicas e de imprensa que se seguiram ao final da ditadura, temos um bom volume de textos sobre a morte e o desaparecimento de sete dezenas de militantes do PCdoB, que intentavam realizar um levante na região do Araguaia. Mediante esforço de pesquisadores, jornalistas, familiares, essas produções narram os acontecimentos que se passaram no início dos anos 70 e demandam informações sobre os corpos ainda desaparecidos dos guerrilheiros. Há, contudo, um grande silêncio sobre os camponeses que, considerados cúmplices dos chamados “guerrilheiros” pelos militares e moradores locais, foram submetidos ao mesmo tratamento conferido aos comunistas.

Nesse sentido, ainda não se deu a devida atenção ao que se sucedeu na região envolvendo a disputa das terras, as ações dos militares direcionada aos camponeses. Ao prestar uma escuta atenta ao depoimento desses agricultores e posseiros, descobre-se que as ações das forças militares, além de promover o massacre dos insurgentes e a destruição das cidades da região, perpetraram atos de extrema crueldade, sem poupar mulheres e crianças. Assim como disse Euclides da Cunha sobre Canudos, o Araguaia também se transformou numa “imunda antessala do paraíso”, território cruzado por “estradas fascinadoramente traiçoeiras que levam ao inferno”. Nesse sentido, as camponesas do Araguaia narram cenas e fatos dominados pela desordem e pelo crime e que nunca foram antes revelados.

Importa reconhecer que a expulsão das terras e a sua redistribuição pelo Estado a pretexto de assentamento rural, significou uma apropriação para futura entrega àqueles escolhidos pelos agentes do Estado que permaneceram na região, como é exemplo o major conhecido como Curió. Trata-se de agentes estatais que, pela liberdade vivenciada em lugar ermo, o poder delegado agregado à ambição pessoal, passaram a “donos” de terras e passaram a distribuí-las e negociá-las segundo interesses pessoais ou de grupos interligados, obviamente, com a absoluta exclusão do campesinato que, durante todo o processo, nada representou. Os camponeses, tão somente, serviram obrigatoriamente às Forças Armadas para em seguida serem descartados. Tratativa semelhante, embora fundada em objetivos diferentes, foi a eles dispensada pelos militantes do PCdoB quando dirigiram-se para a localidade e trabalharam no sentido de cooptá-los como elementos de um levante rural.

Em suma, não restou aos camponeses nem voz, nem ouvidos, nem memória, nem terras, nem a manutenção da atividade campesina na condição de posseiro, “dono” de sua

própria terra. Aos camponeses sobrou a invisibilidade e insignificância, sentidos que precisamos ter novos significados.

8. BIBLIOGRAFIA

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia – Depois da guerrilha, outra guerra**, São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

CARVALHO, José Rodrigues de. **Paisagens simbólicas: catolicismo popular e o mito das “bandeiras verdes” na romaria do Senhor do Bonfim em Araguacema (TO)**.

Revista Geografares, nº16, p.141-167, Janeiro-Junho, 2014.

CHINEM, Rivaldo. **Sentença – padres e posseiros do Araguaia**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. **A guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra – da Argélia ao Brasil – como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado**. São Paulo, Civilização Brasileira, 2016.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo – posseiros e padres do Araguaia**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GRABOIS, Maurício. **Relatório sobre guerrilha Araguaia, de 1972 a 1973**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1974.

JIMENEZ, José Vargas. **Bacaba – memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia**, Campo Grande: Edição do Autor, 2007.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia – os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NOSSA, Leonêncio. **Mata! O major Curió e as guerrilhas do Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil, a saga do Araguaia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim**. São Paulo, Alameda Editorial, 2019.



SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Direito à Memória e à Verdade – histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura**. SEDH, Brasília: Presidência da República, 2009.

Prefeitura de Paris, <<https://opendata.paris.fr/pages/home/>>, acesso em 26/05/2021.

Área territorial das capitais do Brasil. <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=acesso-ao-produto>>, acesso em 13/02/2022.

Área territorial do estado do Alagoas. <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al.html>>, acesso em 14/02/2022.

Área territorial do estado de Sergipe. <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se.html>>, acesso em 14/02/2022.

Arquivos Secretos do Araguaia. <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/araguaia.htm>>, acesso em 14/02/2022.

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007 400p. <[file:///C:/Users/User/Downloads/direito-a-memoria-e-a-verdade-2013-comissao%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/direito-a-memoria-e-a-verdade-2013-comissao%20(1).pdf)>, acesso em 14/02/2022.

Número de habitantes de Paris em 1972 segundo o Institut National de la statistique et des études économiques (Insee). <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/2119504>>, acesso em 26/05/2021.

Número de habitantes Taguatinga/DF 2016. <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/pdad-taguatinga-2015-2016.pdf>>, acesso em 13/02/2022.

Relatório Final CNV. <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>> acesso 14/02/2022.

IBGE, censo 1970. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>>, acesso em 19/09/2022.

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/08/01/bolsonaro-faz-mudancas-na-comissao-de-mortos-e-desaparecidos-politicos.ghtml>, acesso 24/02/2022.